

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E PRÁTICAS ECONÔMICAS SOLIDÁRIAS: O FÓRUM DE
ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE SÃO JOÃO DEL-REI, MG**

Gabriela Teles de Souza

**São João del-Rei, MG
Novembro de 2020**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E PRÁTICAS ECONÔMICAS SOLIDÁRIAS: O FÓRUM DE
ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE SÃO JOÃO DEL-REI, MG**

GABRIELA TELES DE SOUZA

Orientadora

Professora Dra. Tatiane Marina Pinto de Godoy

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geociências da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito para obtenção do grau **Bacharel em Geografia**.

São João del-Rei, MG

Novembro de 2020

RESUMO

A Economia Solidária na organização da força de trabalho , tanto em nível local quanto regional, apresenta resultados sociais e econômicos para a geração de renda dos trabalhadores. Sendo assim, a atual pesquisa buscou compreender a relação entre a produção do espaço geográfico, a partir das práticas econômicas solidárias e a atuação do Fórum de Economia Popular Solidária de São João del-Rei, MG (FEPS-SJDR), como um ator político e espacial que é responsável pela organização dos empreendimentos do município. Procurou-se também verificar como os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) se reorganizaram, a partir do fechamento das feiras e outros espaços de comercialização, devido à pandemia de Covid-19, a fim de restabelecer novas formas de relações com os consumidores. Foi realizada uma pesquisa baseada no método científico do tipo pesquisa/ação. Como resultados observados, foi verificada a importância de atuação do FEPS-SJDR para a promoção dos princípios de Economia Solidária, a nível local entre os EES e sua organização, baseando-se nos mesmos princípios para geração de trabalho e renda, diante do contexto da pandemia de Covid-19. Nesse processo, ficou constatado que o espaço geográfico, a nível local, apresenta suas próprias dinâmicas de produção, baseadas em princípios que valorizam a existência dos indivíduos e que condiciona o espaço a uma reprodução, sob uma racionalidade diferente do capitalismo hegemônico.

Palavras-chave: espaço geográfico, lugar, Economia Solidária

ABSTRACT

The Solidarity Economy in the organization of the workforce, both at local and regional level, presents social and economic results for the generation of workers' income. Thus, the current research sought to understand the relationship between the production of geographic space, based on solidary economic practices and the performance of the Solidary Popular Economy Forum of São João del-Rei, MG (FEPS-SJDR), as a political and spatial actor who is responsible for the organization of the municipality's enterprises. We also tried to verify how the Solidary Economic Enterprises (EES) reorganized, after the closing of the fairs and other commercialization spaces, due to the Covid-19 pandemic, in order to reestablish new forms of relations with consumers. Research based on the scientific method of research / action was carried out. As observed results, it was verified the importance of FEPS-SJDR action for the promotion of the principles of Solidarity Economy, at local level between the EES and its organization, based on the same principles for job and income generation, in the context of the Covid-19 pandemic. In this process, it was found that the geographical space, at the local level, presents its own production dynamics, based on principles that value the existence of individuals and that conditions the space to a reproduction, under a rationality different from hegemonic capitalism.

Keyword: geographic space, place, Solidarity Economy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de regiões de influência das cidades (Fonte: https://mapas.ibge.gov.br/tematicos acesso: 07.dez.2020 às 23:26).....	2
Figura 2: Mapa de São João del-Rei, MG.....	6
Figura 3: Os tipos de produtos das agricultoras sistematizados por departamentos no site de vendas da AAFAS (Fonte: Computer print of AAFAS's site, 2020).....	31
Figura 4: Cada produto disposto no site de maneira que o "colaborador" pode ir criando uma lista de compras (Fonte: Computer print of AAFAS's site, 2020).....	31
Figura 5: Agricultora Eliana Oliveira ajudando a separar os produtos para a montagem da cesta no Sítio Felizardo na Colônia do Felizardo (Fonte: Gabriela Teles, 2020).....	32
Figura 6: Agricultoras preparando a montagem da cesta no Sítio Felizardo na Colônia do Felizardo (Fonte: Gabriela Teles, 2020).....	33

LISTA DE SIGLA E ABREVIATURAS

AAFAS	Associação de Agricultura Familiar e Agroecológica de São João del-Rei
AAMAR	Associação de Artesãos Moradores e Amigos do Rio das Mortes
APAC-SJDR	Associação de Assistência aos Condenados de São João del-Rei
EAF	Entidade de Apoio e Fomento
EES	Empreendimento Econômico Solidário
EPS	Economia Popular Solidária
ES	Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEPS-SJDR	Fórum de Economia Popular Solidária de São João del-Rei
Gt brasileiro de ES	Grupo de trabalho brasileiro de Economia Solidária
GP	Gestor Público
IFSM	I Fórum Social Mundial
OMS	Organização Mundial de Saúde
SENAES	Secretária Nacional de Economia Solidária
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
METODOLOGIA.....	6
CAPITULO 1 – PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO NA ECONOMIA CAPITALISTA.....	8
CAPITULO 2 – ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PRODUÇÃO DO LUGAR.....	13
O DEBATE DE GÊNERO.....	15
AUTOGESTÃO.....	17
CAPITULO 3 – FEPS-SJDR COMO ATOR ESPACIAL NA ESCALA DO LUGAR.....	21
ARTICULAÇÃO ECONÔMICA DO FEPS - COMO OS EMPREENDIMENTOS SE ORGANIZAVAM EM FEIRAS E COMO SE REORGANIZARAM COM A PANDEMIA...	27
CONCLUSÃO.....	36
BIBLIOGRAFIA.....	39

INTRODUÇÃO

A sociedade urbana da atualidade é construída sob pressupostos da globalização. Essa relação reapropria o espaço e lhe confere novos significados. De acordo com Lencioni (2008a) nas grandes metrópoles contemporâneas se encontram a lógica de acumulação do capital e reprodução do espaço, a medida que essa lógica se estende pelo território e engloba as regiões e os lugares geográficos maior é a tendência dessa lógica se tornar continuada e perpetuante (FIGURA 1). Somado a isso, a produção do espaço na lógica do capital assume uma forma que se caracteriza pela segregação espacial que além de gerar desigualdades socioespaciais também invisibiliza potencialidades que se organizam a partir das localidades. Ainda que as características de acumulação de capital que impulsionam a sociedade capitalista e urbana sejam carregadas de homogeneidade no discurso, na prática elas não homogeneízam todos os espaços. De acordo com Lefebvre (2008) isso acontece por que há por trás desse discurso uma desassociação de lugares que, de acordo com o capital, não estão inseridos na produção espacial. Esses lugares estão fragmentados da lógica dominante de produção e neles se estabelecem outras relações sociais baseadas em diferentes princípios como, por exemplo, aquelas construídas a partir da lógica da geração de trabalho e renda na Economia Solidária, como analisamos nesse trabalho.

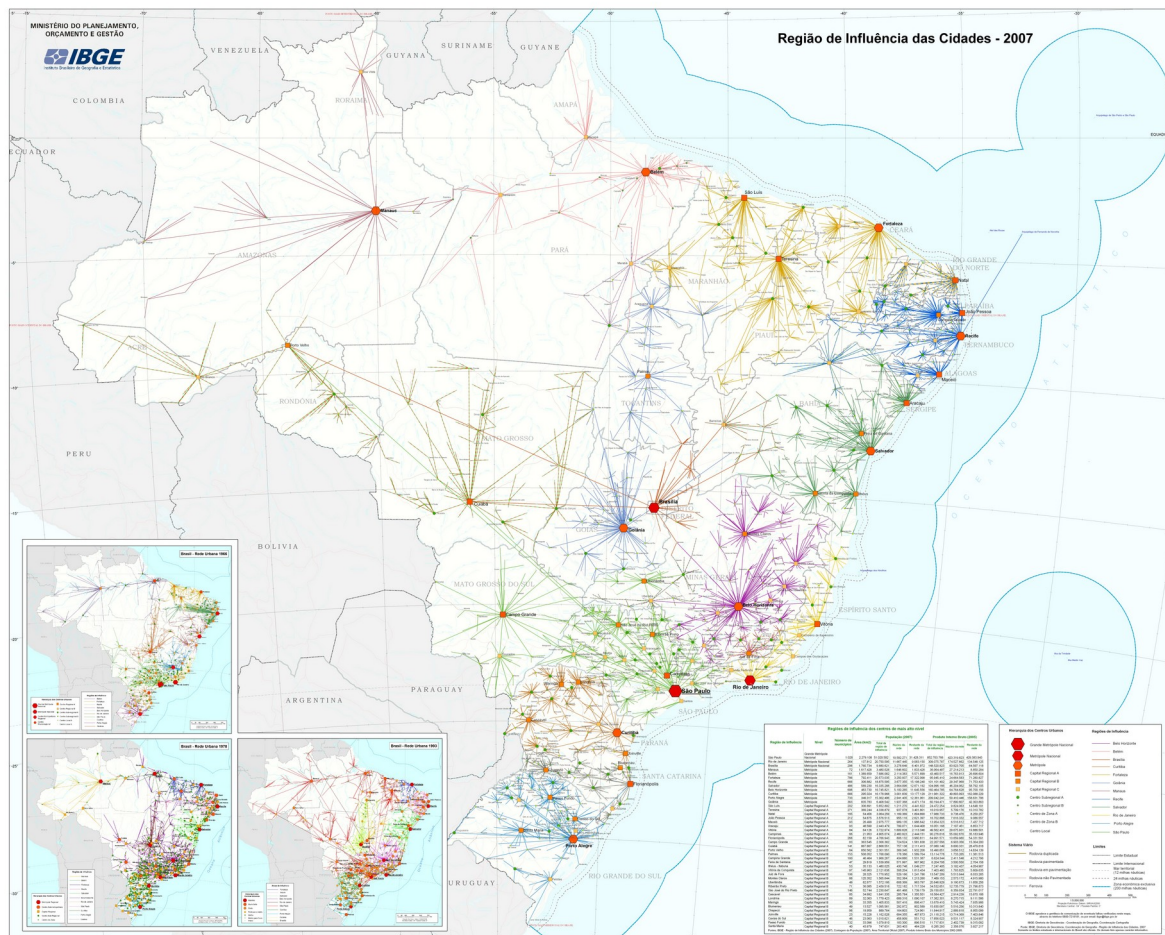


Figura 1: Mapa de regiões de influência das cidades (Fonte: <https://mapas.ibge.gov.br/tematicos> acesso: 07.dez.2020 às 23:26)

De acordo com Singer (2008) a Economia Solidária é um modo de produção que se baseia na igualdade, onde os meios de produção são de propriedade coletiva dos que trabalham com eles, e onde as relações de trabalho são mediadas pelo princípio da autogestão. Singer também questiona o trabalho no sistema capitalista ser baseado na alienação, como iniciativa de mostrar que ela não é obrigatória ao trabalhador e trabalhadora. A Economia Solidária faz esse questionamento sob o pressuposto de que todos os indivíduos são capazes de ter a noção de todo o processo produtivo e tomar decisões importantes para o seu processo o que interfere na qualidade do seu bem-estar, visto que o trabalho é um momento de crescimento e aprendizagem para os indivíduos sendo um momento importante para o seu desenvolvimento humano. A Economia Solidária enquanto modo de produção cumpre uma importante função social inserindo pessoas na

produção e na vida social, tendo um enfoque no combate às desigualdades sociais e de gênero, no combate à pobreza e à fome.

O início da trajetória institucionalizada do movimento de ES no Brasil deu-se em 2001 com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária¹. A sua criação foi estimulada pelo I Fórum Social Mundial, em 2001, que dentre as diversas oficinas que ofereceu estava uma denominada “Economia Popular Solidaria e Autogestão”. Nesta oficina discutiu-se sobre a “auto-organização dos\as trabalhadores\as, políticas públicas e perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda.” (FBES, 2016, pg.4) A necessidade de articulação nacional e internacional do I FSM possibilitou a criação do Grupo de trabalho Brasileiro de Economia Solidária, dentre as 12 entidades e redes nacionais que compunham o Gt Brasileiro de ES estava a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

“O Gt Brasileiro buscou a unidade na diversidade, favorecendo a construção da identidade do campo da denominada “Economia Solidaria”, graças à prática de respeitar as contribuições diversas de cada região e especificidades de suas organizações. E sabia que era necessário também investir na divulgação, caracterizar suas atividades e se constituir com uma articulação de dimensão nacional”. (FBES, 2016, p.4)

Assim, a partir desse grupo de trabalho começou-se a pensar na constituição de um fórum a nível nacional. Nesse início o Gt era composto por entidades de apoio e fomento e gestores públicos, por isso o movimento levantou a necessidade de investimento em empresas e empreendimentos de Economia Solidária, visto que essa seria uma maneira de atrair seus e suas integrantes para a construção no movimento em nível nacional. Por isso a busca então passaria a ser por uma política pública nacional de Economia Solidaria e por uma dinâmica de enraizamento nas regiões do país através de empreendimentos de Economia Solidaria. Assim, para dar início a essa busca no dia 25 de janeiro de 2001 nasce o FBES.

No dia 27 de outubro de 2002 o candidato Luiz Inácio Lula da Silva venceu o segundo turno das eleições presidenciais e nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002 ocorreu a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, em São Paulo. Nessa plenária

1 Esse nome iria ser oficializar de forma definitiva durante a III Plenária Brasileira de Economia Solidária em junho de 2003.

o Gt Brasileiro de ES elaborou uma carta ao novo governo intitulada “Economia Solidária como estratégia política de desenvolvimento”, que apresentava diretrizes gerais de Economia Solidária, além de reivindicar a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes).

Em 2003 houve a oficialização do FBES e a consolidação da Senaes em Brasília atrelada ao Ministério do Trabalho e começou uma intensa busca pela criação e implementação de políticas públicas para os Empreendimentos de Economia Solidária, além da criação dos fóruns estaduais e regionais. Em 2004 os fóruns regionais e estaduais conseguiram mobilizar o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, assim a partir da consolidação da sua institucionalização o movimento de economia solidária passaria a se ramificar em território nacional e ganhar cada vez mais incentivos de política pública para a sua consolidação.

A Economia Solidária dentro do seu cenário político passou por um histórico que o encaminhou para a sua institucionalização, mas antes mesmo disso acontecer resistia enquanto uma via do trabalhador e da trabalhadora para organizar a produção de trabalho e renda a partir dos momentos de crise. Esse período em que a economia solidária não era um movimento institucionalizado no Brasil pode ser compreendido entre as décadas de 80 e 90 desde momentos antes da construção da Constituição de 1988 até o final do governo Fernando Henrique Cardoso. A sua institucionalização deu-se intensamente, como vimos, durante o governo Lula (2003-2011) e também durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016). E, atualmente, a partir do governo Michel Temer (2016-2019) e com o de Jair M. Bolsonaro (2019-2022) o movimento vem passando por um processo de desinstitucionalização, onde suas políticas públicas não são fomentadas e sua força em âmbitos políticos regionais vão sendo enfraquecidas. No dia 4 de novembro de 2016, a Senaes foi extinta e reduzida a uma subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações de Trabalho, no Ministério do Trabalho. Além disso, antes mesmo da Senaes ser extinta tinha havido a demissão sem consulta ao movimento do secretário executivo Paul Singer e sua substituição por Natalino Oldakoski (servidor e escrivão de polícia aposentado da Polícia Civil do Paraná) sem identificação com o movimento de Economia Solidária, ferindo assim um dos princípios fundamentais da

economia solidaria que é a autogestão. Assim, a Economia Solidária, vem passando por esse processo de desinstitucionalização, porém isso não minimiza a força que o movimento conseguiu consolidar em nível local, o que caracteriza a consolidação da organização que os trabalhadores e trabalhadoras construíram na produção para geração de trabalho e renda.

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo geral compreender a atuação do FEPS-SJDR como um ator espacial que organiza os EES no distrito de São João del-Rei localizado no município de São João del-Rei (MG). Outro objetivo do trabalho foi compreender a representação dos EES na reprodução do espaço a partir dos processos de comercialização solidária feita através das feiras e de outros espaços de comercialização, entretanto, a crise de saúde global provocada pelo novo Coronavírus ocasionou medidas de restrições de convívio social com o intuito de mitigar os altos riscos de sua transmissão entre pessoas. Tais medidas impulsionaram os EES a não mais usarem as feiras e os espaços de comercialização como intermediadores entre os empreendimentos e os consumidores. Por isso o presente trabalho desenvolvido no decorrer desses acontecimentos passou a buscar estudar e compreender como os EES se reorganizaram com o fechamento das feiras estabelecendo novas formas de relação com os consumidores durante o andamento da pandemia de Covid-19.

O município de São João del-Rei está localizada na mesorregião do Campo das Vertentes e possui uma área de 1.452,00 km² e sua divisão administrativa é composta, atualmente, por 6 distritos e 8 bairros (IBGE, Malha digital 2015) Sua população é estimada em 89.832 pessoas possuindo assim uma densidade populacional de 61,87 hab.\km² (IBGE, Estimativa da população 2016).

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL REI - MG

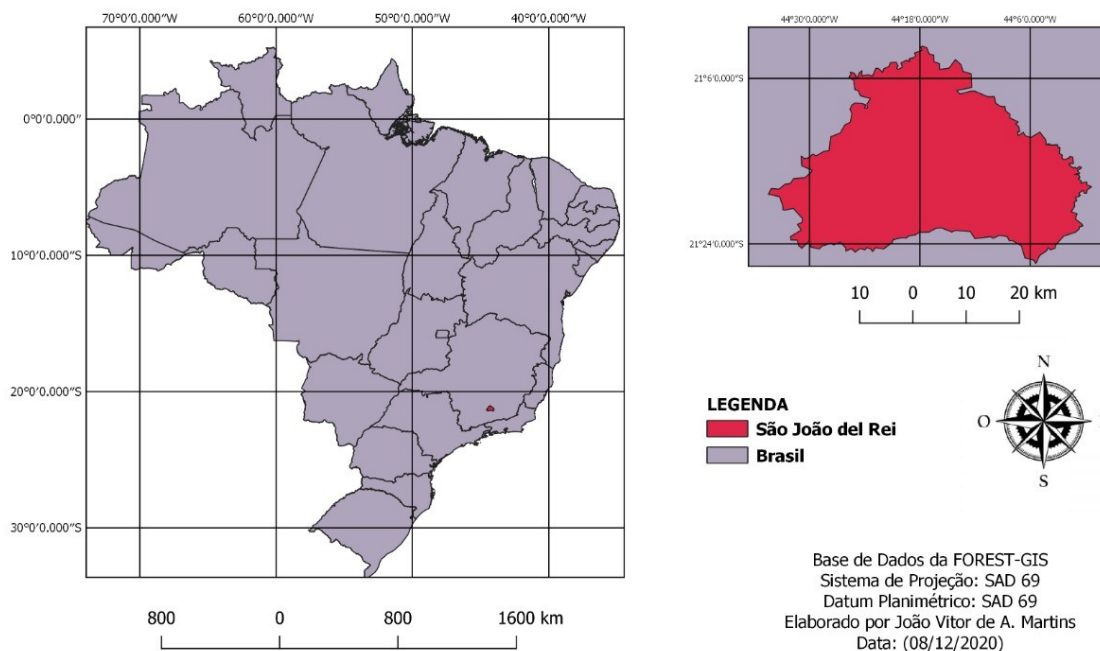


Figura 2: Mapa de São João del-Rei, MG

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com base na abordagem crítica da geografia, buscando compreender a atuação do FEPS São João del-Rei – MG na organização dos EES e para analisar a perspectiva de construção e conformação do espaço a partir da geração trabalho e renda, baseados na autogestão e na associação. A pesquisa foi feita durante o período que fui membro da ITCP-UFSJ (2018-2020) e a qual me deu a possibilidade de trabalhar com a pesquisa\ação dentro do FEPS-SJDR durante 2019-2020 como membro integrante da sua Comissão Permanente Executiva ocupando a cadeira de EAF.

Para atuar e reunir informações que pudessem realizar a pesquisa e contribuir para os trabalhos do fórum foi utilizada a metodologia de pesquisa\ação cujas etapas nas suas ações são:

- 1) identificação do problema dentro do contexto
- 2) levantamento dos dados pertinentes

- 3) análise dos dados levantados
- 4) significação dos dados levantados
- 5) identificação da necessidade de mudança
- 6) encontrando possíveis soluções
- 7) intervenção e ação
- 8) transformação

Os princípios fundamentais da pesquisa-ação que norteiam o atual trabalho:

- 1) a aprendizagem com base na experiência com a análise das ações dos envolvidos numa situação problemática;
- 2) interação entre pesquisadores, profissionais, atores e membros das situações investigadas e
- 3) negociação dos objetivos e definição de valores.

Além disso foi usada a pesquisa-ação dentro da perspectiva da era digital onde há a colaboração a distância na pesquisa qualitativa mediada pelo uso de softwares.

Por fim, também foi feito um levantamento bibliográfico acerca do tema para poder entender a intersecção entre a produção do espaço geográfico e as práticas da Economia Solidária.

CAPITULO 1 – PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO NA ECONOMIA CAPITALISTA

Lefebvre (2008) nos desafia a pensar o espaço não a partir da busca para saber o que ele é, mas a partir de um entendimento que se baseia na relação daquilo que é produzido e daquele que o produz. É o que ele chama de relação entre o “espaço social” e o “espaço mental”. Diante de tal afirmação o autor discorre sobre dois fatores que decorrem desse tipo de definição. Primeiro, é significativo considerar o tipo de representação que o “espaço social” tem dentro das práticas sociais, pois diante do “vivido” o espaço nunca é “neutro” e “puro” (LEFEBVRE, 2008, pg. 40). Segundo, o espaço não possui homogeneidade tanto no que se refere às suas formas (materialidade) tanto com relação aos modos como se dão as relações sociais de produção em seu meio. Para Harvey (2008, pg.206) “a ideia de tempo e espaço” carregados de linguagens e significados “não podem ser compreendidos independentes da ação social”. Santos (2004) considera que o espaço pode ser entendido pelas suas formas como resultado das relações que os indivíduos estabeleceram no passado e também por aquelas que estabelecem no presente, além de se caracterizar pelas funções atuais que essas formas assumem, que caracterizam todo um conjunto de relações que envolve o espaço e da qual depende a sua reprodução.

o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 2004, p.53)

Lefebvre (2008) também analisa o espaço sob a perspectiva de que ele mantém uma função dentro de uma totalidade, que por sua vez está inserida dentro de uma racionalidade decisória. Assim, pensar o espaço é também pensar na lógica da totalidade a qual está inserido para que se possa entender sua funcionalidade e como isso influi no cotidiano das relações sociais.

A estrutura econômica do espaço contemporâneo tende a se reproduzir a partir da relação com outras economias de escalas maiores, que, por sua vez, definem a estrutura do modo de produção capitalista atual. Essas decisões de

organização do sistema atingem o cotidiano do indivíduo através das relações sociais de trabalho. Carlos (2007a, pg.42) chama de mundialização esse processo. Entretanto o seu enraizamento no espaço vivido do indivíduo pode ser relativo. Santos (2004, p.181) explica:

A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada\ subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido a lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução.

Portanto, o espaço não é um simples reflexo da sociedade capitalista, pois ele não depende única e exclusivamente da estrutura econômica capitalista para se reproduzir, embora ela seja a dominante. A economia capitalista comporta atualmente as esferas da produção, repartição e consumo da materialidade, entretanto, como vimos, a vida do indivíduo inserido na sociedade não se resume exclusivamente a esse conjunto, podendo até mesmo organizar a produção de bens em escalas locais em uma lógica diferente da dominante. De acordo com Certeau (1984, p.198) conforme citado por Harvey (1992, p. 197)

A ressurgência de práticas 'populares' na modernidade científica e industrial não pode ser confinada ao passado, ao campo dos povos primitivos, mas está presente no cerne da economia contemporânea.

Entretanto, para Harvey (2008) o fato da localidade ter sua dinâmica interna frente a organização social de produção imposta pela globalização, não significa que ela está isenta de sofrer alguma intervenção ideológica que possa emergir do seu próprio espaço atrelada a totalidade como, por exemplo, foi o nazismo para a Alemanha. E para o mesmo autor "o modernismo frequentemente flertou com a mitologia", mas com a sociedade capitalista atual cada vez mais fragmentada e efêmera no sentido global torna difícil ao capitalismo "encontrar uma mitologia estável que exprima seus valores e sentimentos inerentes", por isso é difícil falarmos atualmente sobre "mito realizado". (HARVEY, 2008, p.200)

Portanto, apesar do espaço estar protegido pelas suas experiências e vivências pessoais e interpessoais que ocorrem localizadas não quer dizer que ele esteja isento de sofrer intervenções por parte de construções imaginárias globais e poderosas do capitalismo, pois dentro desse sistema o espaço é instável (CARLOS, 2007a), apesar de tais construções não possuírem interferências permanentes devido a sua maleabilidade no mundo contemporâneo. Nesse sentido, podemos caracterizar essas relações pessoais e interpessoais no espaço como relações de resistência e que caracterizam buscas por direitos políticos, sociais, econômicos e culturais frente às constantes atuações e mudanças do capitalismo global sobre os espaços.

A produção, a troca e o consumo são dimensões que possuem especificidades nas relações sociais de produção atual profundamente marcadas pelas determinações do sistema capitalista contemporâneo e são elementos determinantes na reprodução do espaço. Para Harvey (2008) essas relações carregam consigo a qualidade de serem marcadas pelas desigualdades sociais e pelo seu caráter alienante. Dentro desse contexto as relações sociais são profundamente intermediadas pela mercadoria, de acordo com Carlos (2007a) essa mediação empobrece as relações ao mesmo tempo que reconfigura a sociabilidade, além de que também interfere na redefinição das concepções sobre o espaço local, sobre identidade e cotidiano. Assim, entende-se que a sociedade contemporânea é caracterizada, sobretudo, pela produção capitalista de bens e de serviços, que condicionam o entendimento e a reprodução da configuração espacial. Um outro ponto que permeia essas dimensões e que caracteriza o modo de produção e reprodução do espaço capitalista é o enfoque em modelos de gestão da acumulação de capital baseados na heterogeneidade das relações. Diz respeito aos contratos entre os indivíduos baseados na diferença e que fortalece os sistemas hierárquicos de poder e a competição entre desiguais, além de gerar o que comumente é chamado de desigualdades sociais. A acumulação do capitalismo é essencialmente de mais-valia e capital, cujo processo possui consequências. Sobre isso Moreira (1982, pg.18) declara,

Como o espaço capitalista é um “espaço de relações”, por exemplo, intra e intercapitais e entre capital e trabalho, comandadas pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, vale dizer, pela lei da acumulação capitalista evidentemente que num arranjo espacial econômico desse tipo teremos inevitáveis desigualdades.

A sociedade contemporânea não se reproduz somente em função da satisfação das necessidades e desejos que embasam a reprodução da vida, mas também em função da dinâmica econômica mundial atrelado ao capitalismo, que prioriza a reprodução da sociedade afim de viabilizar os seu processo de acumulação e constantemente amplia seus tentáculos de atuação com a ajuda dos estados e nações (CARLOS, 2007a). Portanto, constata-se que a busca da reprodução da vida é diferente da reprodução da sociedade capitalista, além do mais a produção da sociedade capitalista não valoriza a reprodução da vida e colidi constantemente com ela.

O desenvolvimento das tecnologias durante o século XX flexibilizou a incidência do capitalismo nos espaços pelo enfraquecimento da representatividade das suas fronteiras físicas, processo também chamado por Carlos (2007a, pg.42) de globalização. Isso facilitou a possibilidade de localizar no espaço as características do mundo global. De acordo Harvey (2008, pg.266) nesse contexto “os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas de que se compõem a geografia no mundo”. Sendo que isso implica em conflitos territoriais, diretamente relacionados a processos de identidade social e conhecimento do espaço, visto que as condições globais geralmente vão sendo impostas aos espaços em nome do progresso técnico e do desenvolvimento econômico mundial sem respeitar ou avaliar as condições sociais e ambientais locais.

Moreira (1982, pg.1) exemplifica

“Usando a paisagem com fins turísticos, projetando “obras de impacto” em áreas estratégicas; confinando ideias cívicas à unidade espacial Estado-Nação; planejando a exploração e consumo de recursos naturais; redistribuindo populações faveladas (viveiros de mão de obra) para áreas destinadas à implantação de distritos industriais; fabricando imagens de lazer e conforto com áreas verdes, sol, sal e mar para forjar venda de imóveis de fachadas e nomes pomposos, ou marcas de cigarros; manobrando as articulações do complicado tabuleiro de xadrez da geopolítica mundial; espriando os tentáculos desses polvos gulosos e insaciáveis eufemisticamente chamados de multinacionais tais são alguns exemplos dessa interminável lista de maneiras que o capital encontrou de usar o espaço geográfico como instrumento de acumulação de poder.”

Um exemplo específico da relação da dinâmica do capitalismo com as dinâmicas inerente aos lugares são as transformações no setor da produção de alimentos agrícolas no Brasil a partir da década de 1960. A Revolução Verde condicionou o desenvolvimento da produção agrícola em larga escala através da industrialização dos métodos de trabalho no meio rural. Esse processo incidiu sobre a vida do camponês e o colocou diante de um arcabouço de situações dentre as quais duas foram determinantes para que a sua relação de trabalho no campo sofresse impacto. Primeiro, ele estava diante da tecnologia que iria potencializar a produção, ou seja, a mão de obra até o momento utilizada para realizar os trabalhos agrícolas não seriam mais úteis. Segundo, a dinâmica de produção agrícola mecanizada iria crescer e conquistar os mercados regionais, que por sua vez veio a prejudicar as vendas e conseqüentemente a produção do pequeno e médio produtor. Ambas as proposições, além de outras, afetaram a organização do trabalho dos agricultores e agricultoras no campo, entretanto a um número ainda hoje significativo de camponeses que sobrevivem produzindo culturas agrícolas e agroecológicas. Após a redemocratização em 1988, o debate político sobre a questão fundiária e lutas pela terra renasceram com os movimentos sociais. Esses debates confirmaram categorias no meio rural que não se encaixavam no grupo de patrões e latifundiários, mas em uma categoria de camponês e agricultor familiar. São relações de trabalho que envolve hábitos culturais ancestrais de manejo da terra e possuem o discurso sustentável e de valorização do trabalho humano e do ambiente.

CAPITULO 2 – ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PRODUÇÃO DO LUGAR

No Brasil, o termo Economia Solidária surge a partir da década de 1990 para referenciar e qualificar empreendimentos, grupos autônomos, cooperativas, associações e empresas recuperadas que desempenhavam atividades produtivas sob a racionalidade da autogestão. Além disso, o termo passaria a referenciar um movimento social nascente, que articularia esses grupos em território nacional e internacional. Assim todo esse processo que chamamos de Economia Solidária não apenas surge para enfrentar o contexto de crise econômica e de desempregos que passaram a acontecer a partir da década de 1980 como também se consolida como uma ferramenta política para enfrentar o sistema capitalista com uma proposta racional e diferente de produção, cuja particularidade é a atividade econômica baseada na cooperação e não na competitividade.

De acordo com Singer (2002) entende-se que a Economia Solidária é um modo de produção baseado no princípio da autogestão e na solidariedade. Esse modo de produção busca essencialmente criar condições para a produção e reprodução sustentável da existência única e exclusivamente do indivíduo, que pode ser entendida como a satisfação das necessidades e condições básicas e naturais de cada um, nesse sentido pode-se dizer que a Economia Solidária é colaborativa porque o principal propósito é o bem viver² do indivíduo. Suas dimensões econômica e política são baseadas nos princípios de autogestão, afirmação da coletividade, valorização do trabalho, respeito a natureza, democracia e o não domínio político. Todos eles dentro da Economia Solidária tem o intuito de repensar comportamentos, pensamentos, decisões e condutas dos indivíduos dentro das relações socioeconômicas, assim pode-se afirmar que a Economia Solidária também abrange a dimensão cultural da sociedade como elemento fundamental de transformação do espaço.

Os pontos de convergências dos princípios gerais de Economia Solidária evidenciam a busca por equidade na definição do movimento (FBES, 2003)

² “Bem viver” é uma expressão usada pela Economia Solidária para referenciar a sua preocupação com a sustentabilidade no seu âmbito ambiental, social, cultural e econômico (FBES, 2013)

1. a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
2. o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
3. a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
4. os valores da cooperação e da solidariedade.

A valorização das três dimensões (econômica, política e cultural) do indivíduo social pela Economia Solidária nos direciona, automaticamente, para a escala do lugar, este composto pelo cotidiano dos indivíduos, que a lógica hegemônica de produção do espaço capitalista das grandes empresas não inclui. É no lugar que há o mercado como espaço de trocas e de negociações, onde, atualmente, a competição e a acumulação são princípios fundamentais e estruturantes de reprodução do espaço. Para a Economia Solidária os espaços de troca não são vistos “apenas como uma esfera estratégica de reprodução do capital, tal como é hoje, a troca se constitui mais além, como esfera estratégica de reprodução social” (GODOY, 2009, pg.143). Assim, a Economia Solidária se produz e reproduz mediante o consumo dos seus produtos e é na escala do lugar que esse processo se torna possível através da comercialização de forma solidária. O consumo desses produtos predetermina a necessidade de sua reprodução, e a reprodução nesse caso não é apenas do produto em si, mas também da organização social do trabalho que envolve essa produção, pois é, também, no lugar onde se dão e materializam as relações entre os indivíduos.

Para Carlos (2007a) o lugar é um espaço produzido no plano do cotidiano que abriga relações sociais que se dão exclusivamente em seu meio e que é carregado de identidade da qual pertence os seus habitantes. Assim, como de acordo com Santos (2006) o lugar é considerado a partir do seu cotidiano, pois nele estão inserido os objetos, as ações e o tempo do mundo vivido. Essa mesma perspectiva sobre o lugar é colocada por Carlos (2007b, pg.17) que declara que o lugar é constituído pelas práticas cotidianas, pois é nele “que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões” É nele que se desenrola a vida, é nesse espaço que

se encontram os moradores, as praças, as ruas, os estabelecimentos, ou seja, todo o conjunto que preenche o cotidiano do indivíduo e lhe confere identidade. Souza (2013, pg.115) declara que o lugar caracteriza o espaço vivido e percebido na sua “dimensão cultural simbólica” cujo acesso ocasiona relações que envolvem identidades, intersubjetividades e trocas simbólicas.

O princípio de autogestão envolve o cotidiano dos trabalhadores e das trabalhadoras da Economia Solidária e produz um espaço baseado na solidariedade e na cooperação, e não apenas valoriza as relações de trabalho como também toda a área vivida do indivíduo. Ou seja, a Economia Solidária envolve os trabalhadores e as trabalhadoras para além do âmbito econômico, pois a incorporação dos seus princípios ultrapassam os limites das atividades produtivas e envolve as relações dos indivíduos em sociedade. Isso implica numa rede de relações baseadas na solidariedade, no respeito à diversidade, na participação coletiva, no comércio e finanças justas e solidárias, na busca pelo desenvolvimento territorial baseado em experiências democráticas, no cuidado pelo meio ambiente e pela sustentabilidade.

O espaço produzido sob a perspectiva da autogestão torna o debate sobre as desigualdades de gênero possível pelo simples fato de incluir no desenvolvimento de atividades econômicas a importância do protagonismo das mulheres. Por essas e outras explicações os princípios da Economia Solidária estão em constante atrito com os elementos fundamentais de reprodução do espaço capitalista moderno, o que a torna desafiadora por ser contra hegemônica.

O DEBATE DE GÊNERO

A teoria econômica moderna, que emerge das sociedades industriais a partir do século XVIII desenha a moeda como um instrumento que abre o caminho para a liberdade, assim a dignidade de uma pessoa diante desse pensamento está na conquista e obtenção dessa liberdade, segundo Guérin (2005). Esse processo terá (e ainda tem) consequências decisivas na vida das mulheres uma vez que a organização do trabalho é feita, sobretudo, para ocupar prioritariamente mão de obra assalariada masculina. Uma vez estabelecida essa prioridade das linhas de produção, o homem passa a ser o responsável pelo sustento da família, ou seja, é ele quem vai trabalhar em troca da obtenção do salário, enquanto que a mulher é a

personagem responsável pelos trabalhos domésticos como, por exemplo, cuidados com a casa e com os filhos, cuidar das roupas, da cozinha, etc. No momento de contribuir com as despesas do lar o homem é aquele que mais coopera financeiramente, e isso acaba sendo um ponto importante dentro desse contexto uma vez que a cooperação da mulher no lar é inferiorizado e invisibilizado. Além de que essa inter-relação entre o homem e a mulher dentro do lar é naturalizada, no decorrer dos séculos, explicada por fatores biológicos, de acordo com Araújo (2000). O que vai contribuir para o processo de alienação no debate ao tema à medida em que situações não tradicionais vão surgindo o que por sua vez contribui para a fixação do patriarcado dentro da sociedade.

De acordo com esse pensamento, a mulher adquire sua liberdade mediante os trabalhos domésticos, no cuidado da casa e na dependência do esposo. Para Guérin (2005) o estigma do dependente traz subsequentemente a afirmação da ausência de vontade própria e da subordinação, o que traz consequências sociais às mulheres no que se refere a direitos cívicos e políticos, e nesse contexto são criadas condições e direitos que permitam que elas assumam única e somente o papel de mãe e esposa.

Assim, é criado o arquétipo da mulher a partir do lar formado pelo homem e pela mulher que compõe o imaginário coletivo até os dias atuais. Todo e qualquer outro tipo de construção que foge a essa regra é marginalizada e invisibilizada como, por exemplo, a inserção da mulher no mercado de trabalho, no decorrer dos séculos XX e XXI, que ao mesmo tempo que lhe traz independência da construção social do casamento, também a aprisiona num processo de desvalorização do seu próprio trabalho, sempre tendo como parâmetro a valorização dado ao trabalho masculino e aos estereótipos de cuidado, sensibilidade, entre outros, que sempre lhe conferem. Portanto, entende-se que o ambiente familiar tradicional é construído por elementos predeterminados e com reflexos na vida social.

De acordo com Guérin (2005) esse processo de desvalorização do trabalho da mulher nas relações sociais é notado nos assédios morais e sexistas que ela sofre no ambiente de trabalho, nos salários baixos, na falta de direitos trabalhistas, nas baixas taxas de disponibilidade de postos de trabalho e na divisão sexual do trabalho. Esse debate se aprofunda quando acrescentamos a ele as discussões

referentes a raça e classes sociais, o que não farei no presente momento, pois o meu objetivo principal nessa discussão é demonstrar como que a Economia Solidária contribui como uma forma de superação dessas desigualdades impostas às mulheres recriando espaços de relações sociais entre homens e mulheres no ambiente de trabalho. De acordo com documento da V Plenária Nacional de Economia Solidária (2013, pg.40) “as mulheres precisam assumir mais as tarefas de produção, comercialização, gestão financeira, negociação, incorporação das tecnologias, e que seja alterada sua relação com o crédito”. Portanto, os princípios que envolvem a Economia Solidária como, por exemplo, autogestão, solidariedade e cooperação não apenas se contrapõem ao sistema de produção capitalista macroeconômico ou microeconômico mas também ao sistema hegemônico de gênero da sociedade capitalista.

AUTOGESTÃO

As práticas de autogestão são anteriores à crise brasileira da década de 1980 e possui uma origem que é analisada em pesquisas como as de Singer e Souza (2000), Singer (2002), Lechat (2002 e 2004). Não trataremos desse histórico aqui, pois o objetivo é mostrar como que a prática de autogestão proposta pela Economia Solidária gera outras práticas que, interseccionadas, produzem um novo espaço baseado sobretudo na democracia.

Quando afirmamos que um empreendimento ou qualquer outro tipo de organização de Economia Solidária utiliza a autogestão para organizar as suas atividades produtivas isso quer dizer que a organização de toda a produção, a distribuição e a comercialização são organizadas pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, nos modelos de autogestão os/as trabalhadores/as são autônomos/as para fazer as suas funções, não há um supervisor ou um chefe que tem que direcionar as coisas que ele ou ela faz. Essa autonomia é caracterizada pelo documento da V Plenária Nacional de Economia Solidária (2013, pg.48) como emancipatória, pois quando é conquistada

“o próprio grupo toma as decisões (o que fazer e como agir) em espaços coletivos, traçando os caminhos a ser trilhado para se tornar independente, assumindo erros e acertos, que se sustenta economicamente e que faz sua própria gestão consolidando sua produção”.

Para Souza (2000, pg.86) a conquista da autonomia é a base para o desenvolvimento

“este encarado como o processo de auto instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade; um processo não raro doloroso, mas fértil, de discussão livre e racional por parte de cada um dos membros da coletividade acerca do sentido e dos fins do viver em sociedade, dos erros e acertos do passado, das metas materiais e espirituais da verdade e da justiça”

A Anteaq, s\ld dispõe de alguns parâmetros mínimos para a afirmação do projeto de autogestão:

- democratização das tarefas que envolvam raciocínio – é preciso eliminar qualquer represamento de conhecimento;
- motivação dos trabalhadores de forma que acreditem no projeto e na inteligência coletiva;
- viabilidade do projeto de rentabilidade no médio e longo prazo, ou seja, geração de dividendos e lucros;
- integração da empresa em “redes de negócios”, transformando a inteligência coletiva no principal patrimonio das empresas autogestionárias;
- viabilizar a implantação de técnicas modernas e efetivas de gestão, com o envolvimento e a realização das pessoas. Uma gestão em que haja transparência e democratização das informações, incentivo e contribuição dos trabalhadores;
- parceria de trabalho com o Sindicato dos Trabalhadores, desde que ele tenha dado apoio efetivo a projeto autogestionário.

A atuação participativa que as\os trabalhadoras\es tem dentro da ES, conseqüentemente, a torna colaborativa e, de acordo com Singer (2002), é preciso que a economia seja solidária ao invés de competitiva, ou seja, ao invés dos indivíduos competirem entre si nas atividades econômicas eles poderiam cooperar

uns com os outros de maneira solidária. A cooperação no sistema capitalista existe mesmo dentro da lógica da competição, mas ela não é base estruturante como o é para o desenvolvimento da Economia Solidária. Singer (2002, pg.9) explica a existência da cooperação dentro do sistema capitalista:

Cada um desempenha uma atividade especializada da qual resulta um produto que só tem utilidade quando complementado pelos produtos de outras atividades. O médico só consegue curar o paciente com a ajuda dos remédios fornecidos pelas farmácias e pelos serviços prestados por hospitais, ambulâncias, laboratórios etc. O mesmo vale para quem nos alimenta, veste, transporta, e assim por diante. Dentro de cada empresa os trabalhos dos operários, do engenheiro, do contador etc., têm de se combinar harmoniosamente para que as necessidades do cliente sejam atendidas.

Além disso, a autogestão na Economia Solidária condiciona uma atividade econômica baseada na associação entre as pessoas através da equidade, nela as hierarquias que são a base para o sistema de classes sociais não seria a proposta chave. Não é apenas diminuir a importância dos níveis hierárquicos de um ambiente de trabalho, mas a mudança das relações de poder, segundo Nakano (2000). Assim, a autogestão garante espaços democráticos e representativos para a conquista da autonomia das mulheres, de acordo com documento da V Plenária Nacional de Economia Solidária (2013, pg.40)

A autogestão é fundamental para que a Economia Solidária seja organizada a partir de uma relação direta de contribuição com a luta feminista. Na construção da autonomia das mulheres, a autogestão pode nos levar a práticas de igualdade, garantindo às mulheres espaços de decisão e representação política

Nos dados disponibilizados pelo último mapeamento realizado pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, entre 2009-2013, havia a existência de 19.708 empreendimentos de Economia Solidária distribuídos em 2.713 municípios brasileiros. No total desses empreendimentos somavam-se 1.423.631 trabalhadoras (43,6%) e trabalhadores (56,4%)(SIES,2013).

Mesmo não atingindo a condição hegemônica, as práticas da Economia Solidária são fomentadas, estudadas e praticadas dentro do cotidiano dos trabalhadores e das trabalhadoras, o que possibilita ressignificar as relações sociais que preenchem e se relacionam com os espaços favorecendo a reprodução de um novo espaço social baseado nos princípios de **cooperação, transparência, autogestão, democracia, equidade, solidariedade e ação econômica**, além da visibilidade dada ao debate das desigualdades de gêneros, pois as mulheres são constantemente invisibilizadas pelo sistema hegemônico moderno. Assim levar para o ambiente das atividades produtivas a noção do cuidado com o outro retira esse arquétipo histórico somente dado à mulher e o coloca como tarefa para o coletivo. Haja vista que esses princípios se relacionam dialeticamente, sendo que a prática de um dá origem ao outro, sendo as práticas autogestionárias o passo mais importante para a conquista de todos os outros.

CAPITULO 3 – FEPS-SJDR COMO ATOR ESPACIAL NA ESCALA DO LUGAR

O Fórum de Economia Popular Solidária³ de São João del-Rei (FEPS-SJDR) fundado no dia 11 de maio de 2017, data em que foi aprovado seu primeiro regimento interno, desenvolve atividades que visam fortalecer redes de solidariedade entre Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) do município propiciando a criação de um espaço de diálogo e de troca de saberes para a construção e implementação de políticas públicas para o crescimento de práticas econômicas solidárias dentro do município. A estrutura de funcionamento interno do FEPS-SJDR é garantida, atualmente, por uma Comissão Permanente Executiva composta por 5 membros efetivos do fórum, dos quais 3 são representantes de EES, 1 representante de Entidade de Apoio e Fomento (EAF) e 1 representante de Gestor Público (GP) participante da Rede de Gestores. O protagonismo dos EES dentro da Comissão é garantida pelo Regimento Interno do fórum e valoriza a busca de uma lógica organizativa que parta essencialmente dos próprios trabalhadores e trabalhadoras como elemento fundamentalmente importante para a transformação da reprodução do espaço. O fórum reúne seus integrantes em assembleias mensais, onde são realizadas atividades afins a ES, como formação, discussão acerca de políticas públicas e arcabouço jurídico, divulgação e articulação para a comercialização solidária.

Assim, podem participar da organização do fórum representantes cadastrados dos EES, EAF e de GP com direito à voz e à voto, além de outras categorias com direito à voz e sem direito à voto como pessoas físicas que se identificam com os objetivos políticos e sociais da Economia Solidária, movimentos sociais e coletivos comprometidos com as pautas da EPS, gestores públicos que não integram a Rede de Gestores e parlamentares, e por fim representantes de EES sem cadastro no FEPS-SJDR.

De acordo FBES (2012) e o Regimento Interno do FEPS-SJDR entende-se que EES são organizações coletivas onde os próprios trabalhadores e trabalhadoras organizam a produção e a alocação dos resultados, e como são grupos que

3 Apesar da nomenclatura utilizada pelo FBES e pelas políticas públicas ser Economia Solidária, em Minas Gerais a nomenclatura que ficou conhecida foi a de Economia Popular Solidária. Ambas se referem as mesmas práticas (Plano EPS-MG, 2014).

exercem suas atividades fora da lógica econômica dominante não necessariamente precisam de registro legal para a atuação da suas atividades econômicas exigindo-se apenas a organização interna baseada na autogestão e na solidariedade, essas atividades econômicas podem ser a produção de bens, comercialização e de consumo solidário. As EAF são entidades que fazem capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, assistência técnica e organizativa e oferecem fomento a crédito aos empreendimentos. E, os GP são entidades que executam, implementam, coordenam políticas públicas de Economia Solidária diretamente na prefeitura como parlamentares.

O FEPS-SJDR busca estar em constante diálogo com o Fórum Regional do Campo das Vertentes e com o Fórum Mineiro de Economia Solidária, além de estar em consonância com os objetivos e princípios do FBES. Dialogar com essas outras instâncias do movimento de Economia Solidária intersecciona o movimento no município ao movimento de ES de outros territórios possibilitando a construção de redes solidárias entre os EES e suas políticas públicas, além da integração política do movimento de forma democrática que contribui para a construção de um projeto de desenvolvimento que parta essencialmente da organização da economia local que fazem parte esses EES.

No dia 17 de maio de 2017 o FEPS-SJDR em assembleia aprovou o seu primeiro Regimento Interno e contava com a presença de 14 empreendimentos, entretanto, no final de 2018 haviam apenas 3 desses empreendimentos (AAFAS, AAMAR e a APAC-SJDR) com presença constante nas reuniões mensais do fórum⁴. Durante o ano de 2019 a AAFAS e o Coletivo Meninas de Inhá⁵ foram os únicos empreendimentos que compareceram em todas reuniões mensais do fórum realizadas de março à dezembro. No primeiro semestre de 2019, a APAC-SJDR buscou frequentar algumas reuniões e ao mesmo tempo manter contato com a AAFAS para poder viabilizar a sua inserção dentro da dinâmica da feira que acontecia às terças-feiras no campus Santo Antônio da UFSJ, além disso, durante o segundo semestre 2019, dois grupos coletivos importantes passaram a frequentar as reuniões do fórum com interesse sobre os princípios e valores da EPS: um grupo

4 Esses dados fórum retirados da Iniciação Científica de Marco D'Elia Fernandes.

5 O Coletivo Meninas de Inhá é um coletivo de mulheres e parte delas são vinculadas à AAFAS. Sua produção está inserida dentro da área de segurança alimentar.

de mulheres bordadeiras e o coletivo Feira do Solar da Serra. Ainda no primeiro semestre de 2019, durante as três primeiras reuniões consecutivas, foi discutido, definido e executado⁶ a iniciativa de entrar em contato com aqueles empreendimentos presentes na assembleia de aprovação do regimento interno do fórum, em 2017, para uma tentativa de restabelecer vínculos do fórum. Uma primeira tentativa era convidá-los para a comemoração do aniversário de dois anos do FEPS-SJDR. Já no decorrer de 2020 os únicos empreendimentos que buscaram estar em diálogo com fórum foram a AAFAS e as Meninas de Inhá. Esse histórico de presença dos empreendimentos dentro do fórum, que foi feito num primeiro momento através de uma iniciação científica e depois continuou sendo acompanhada pela comissão executiva mostra, infelizmente, que desde 2017 até 2020 houve uma redução significativa da participação dos EES no fórum, apesar de terem momentos que pudessem reverter a situação com o aparecimento de novos grupos importantes. Tal processo se dá, sobretudo, pelo descaso do poder público em relação às potencialidades que o movimento tem em âmbito local, e não necessariamente por que o FEPS-SJDR não tem atuação localizada.

No parágrafo único do artigo 2º presente no seu Regimento Interno o FEPS-SJDR estabelece seus objetivos e princípios políticos de atuação firmados em acordo coletivo:

- I - Valorização social do trabalho humano;
- II - Não exploração e não precarização do trabalho humano;
- III - A satisfação plena das necessidades de todos e todas como eixo principal da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
- IV - O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
- V - O favorecimento da inclusão das minorias sociais em uma economia fundada na solidariedade;
- VI - Tolerância e respeito às diferenças;
- VII - A busca pelo respeito a natureza, pela cooperação, equidade e solidariedade;
- VIII – Uma economia solidaria onde o trabalho, o saber e a criatividade de todos os seres humanos sejam os valores centrais e não o capital e sua acumulação;

6 Essa ação foi parte do projeto de IC de Marco D'Elia Fernandes.

- IX - Uma economia popular solidária que represente a luta para que o trabalhador e a trabalhadora produza e tenha acesso aos benefícios dos produtos;
- X - Uma economia popular solidária que busca a melhor qualidade de vida dos seres humanos a partir da solidariedade entre trabalhadores e trabalhadoras e formas de consumo justo;
- XI - Para a economia popular solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, da natureza;

No inciso XII do mesmo artigo o regimento firma o movimento de EPS no município como uma ferramenta para vencer as desigualdades sociais gerada pela dinâmica do capitalismo, fornecendo uma maneira diferente de organizar a geração de trabalho e renda, mostrando que pode ser viável uma produção e reprodução diferente da sociedade com valores baseados na solidariedade humana:

- a) Associação livre, voluntária e esclarecida;
- b) Controle democrático dos membros, com participação igualitária dos membros;
- c) Participação econômica dos membros;
- d) Autonomia e independência;
- e) Educação, treinamento e informação;
- f) Cooperação entre EES.

São João del-Rei possui a Lei nº 4.926 aprovada em 19 de Agosto de 2013 e ela “Dispõe sobre a política municipal de fomento à Economia Popular Solidária, cria o conselho Municipal de Economia Popular Solidária e o fundo municipal de Economia Solidária, e dá outras providências”. Entretanto, a respectiva Lei nunca foi de fato aplicada o que desestimula significativamente o movimento. Em 2019, durante as reuniões onde planejávamos a comemoração do aniversário de dois anos do fórum e a eleição da nova comissão permanente executiva surgiu a proposta de poder criar durante a festividade um momento onde poderíamos ir à sessão da Câmara de Vereadores do município para fazer uma fala reivindicando e denunciando a falta de

implementação da Lei nº 4.926, pois havia muita indignação com o desinteresse por parte do poder público em relação a EPS. Abaixo transcrevo dois trechos da nota⁷

“São João del-Rei pode se orgulhar por ser uma das poucas cidades do país a terem uma Lei Municipal de Economia Popular Solidária. Este é o reconhecimento de que a Economia Popular Solidária é realmente a melhor forma de combater o desemprego e a pobreza que estão crescendo cada dia mais. É reconhecer que precisamos repensar nossa forma de gerar trabalho, renda e riqueza onde o bem-estar das pessoas e a preservação do meio ambiente sejam as prioridades, e não a acumulação de lucro que gera mortes e sofrimento. A Economia Popular Solidária representa uma outra economia, a economia da vida e do Bem Viver!”

“Fazer valer a nossa Lei Municipal de Economia Popular Solidária é dar força para esse movimento de esperança frente aos dias difíceis que estamos vivendo. É gerar trabalho e renda sem aumentar a exploração dos mais necessitados e sem prejudicar a natureza. É valorizar as trabalhadoras e trabalhadores do campo, as artesãs e artesãos dessa cidade, as pessoas que se dedicam a cultura. Nosso movimento de Economia Popular Solidária não tem partido político de preferência, não queremos “bater de frente” com ninguém. Queremos apenas que a Lei se cumpra! Estamos dispostos a dialogar com todos para que isso aconteça. Vamos montar um Grupo de Trabalho para falarmos melhor sobre isso? Um Grupo em que estejam representantes do Movimento da Economia Popular Solidária, da Câmara dos Vereadores e da Prefeitura?”

Desde então, nenhum contato efetivo foi estabelecido com FEPS-SJDR ou com outras entidades.

Poucos meses depois da manifestação do FEPS-SJDR na Câmara discutíamos em reunião coletiva a criação de uma Comissão Temporária para estudar a Lei Municipal de Economia Popular Solidária de São João del-Rei. A criação da comissão surgiu da necessidade de questionar a Prefeitura Municipal referente a destinação de investimentos à eventos na cidade que não trazem nenhum retorno financeiro e social à cidade, enquanto que, por exemplo, não há a indicação da criação de um fundo municipal destinado a desenvolver as atividades da EPS na cidade. Essa comissão vem desde então se reunindo buscando estratégias de

⁷ Os dois trechos fazem parte da Nota do Movimento de Economia Popular Solidária aos vereadores da Câmara de São João del-Rei, proferida no dia 28 de maio de 2019 durante uma reunião parlamentar pela agricultora Eliana Oliveira integrante da AAFAS e do grupo Meninas de Inhá.

como dialogar com a Prefeitura Municipal sobre a execução da política pública de EPS. Para 2020 a comissão escreveu de maneira coletiva uma carta de compromisso aos candidatos e candidatas à Prefeitura Municipal e caso persista a falta de compromisso e não execução da política pública no próximo mandato a comissão recorrerá a outras instâncias superiores como o Ministério Público afim de denunciar a não implementação de uma política pública aprovada por lei municipal.

Desde 2017, o fórum vem acompanhando as discussões e encaminhando pautas referentes ao andamento das feiras que vinham acontecendo semanalmente às terças-feiras no campus Santo Antônio da UFSJ e as que aconteciam no centro da cidade próximo ao coreto aos sábados. O funcionamento das feiras foi interrompido em 2020 devido à crise de saúde global relacionada a transmissão do novo coronavírus. Dentre as medidas definidas pela OMS para interromper a transmissão do novo vírus estão o distanciamento e isolamento social, devido à alta capacidade que o vírus tem de se transmitir entre as pessoas via sistema respiratório. Assim, não apenas as feiras foram interrompidas como também as reuniões mensais do fórum e qualquer atividade que os empreendimentos pudessem participar ou organizar para promover a comercialização solidária e a troca de saberes de Economia Solidária. Ao mesmo tempo que esse fenômeno teve efeitos que desfavoreceram alguns empreendimentos também deu possibilidade a outros de se recriarem e sentirem os efeitos pros e contras das mudanças. Esse foi o caso da AAFAS que desde março de 2020 vem organizando a sua comercialização através das “cestas programadas” feitas por plataforma online. Assim também como o FEPS-SJDR que através de decisões coletivas está desde outubro de 2020 realizando suas reuniões mensais via videoconferência pela plataforma Google Meet.

Portanto, o FEPS-SJDR é um espaço com um cotidiano baseado na busca pela prática dos princípios da Economia Solidária e pela implementação dos mesmos dentro dos empreendimentos que compõem o fórum através de formações e debates, construindo relações culturais simbólicas que incitam sentimentos que valorizam a intersecção do trabalho do indivíduo e a busca pelo bem viver como processos integrantes do desenvolvimento visando a valorização da perspectiva local. O fórum é também um espaço que valoriza a heterogeneidade das relações

sociais baseadas na Economia Solidária que geram trabalho e renda no município buscando mostrar que essas dinâmicas podem e são importantes para o desenvolvimento da economia local, que por sua vez combate diretamente a pobreza, a fome e a desigualdade social e econômica localizadas. Dentro de um mundo inteiramente conectado onde os espaços vivenciam o falso discurso capitalista da homogeneidade é imprescindível a busca pelo fortalecimento das dinâmicas de produções locais até mesmo em momentos onde é preciso se recriar ou se reinventar, como está sendo atualmente com as medidas de combate ao novo coronavírus. As histórias e os cotidianos são construídos a partir das relações que se dão na escala do lugar e não valorizar essa dinâmica e estimular dentro dos cotidianos determinações ou relações pertencentes ao capitalismo globalizado que não geram memória e sentimentos de pertencimentos com relação ao lugar é uma maneira de tentar apagar vivências e cotidianos que caracterizam identidades locais.

ARTICULAÇÃO ECONÔMICA DO FEPS - COMO OS EMPREENDIMENTOS SE ORGANIZAVAM EM FEIRAS E COMO SE REORGANIZARAM COM A PANDEMIA

Portanto, no seu processo produtivo a Economia Solidária se difere da produção capitalista pois possui uma lógica solidária, cooperativa e colaborativa, assim, uma vez consumido um produto de um trabalhador ou trabalhadora da EPS cria-se a necessidade de uma nova produção nas condições de trabalho estabelecidas, ou seja, havendo uma reprodução das suas relações de trabalho baseadas na autogestão. O consumo solidário também faz parte da lógica de funcionamento dos EES e para isso são pensados espaços propícios para esse processo acontecer como, por exemplo, as feiras. Para os produtores e produtoras pertencentes a EPS é importante o contato direto com o consumidor, pois eles buscam informá-lo sobre o que está comprando e sensibilizá-lo a respeito do trabalho cooperativo. Esse processo é de fundamental importância uma vez que os produtos da EPS quando procurados pelo consumidor podem não estar em alinhamento competitivo com os produtos do mercado capitalista podendo ter um custo a mais. Esse processo pode ser explicado para o consumidor e é na comercialização e na prestação de serviços que isso acontece, e, portanto, uma vez consumido os produtos o consumidor

também está induzindo a reprodução das relações de trabalho e sociais que envolvem a produção dos trabalhadores e trabalhadoras da EPS. Assim, as feiras são espaços onde se torna possível a troca de saberes que, conseqüentemente, ocasiona na comercialização solidária, além de fortalecer a valorização das marcas locais construídas a partir do coletivo em detrimento dos produtos que fazem parte das produções globalizadas.

O FEPS-SJDR acompanha dois projetos de feiras dos quais fazem parte os agricultores e agricultoras que compõem a AAFAS. O primeiro é o projeto que acontecia todas as terças feiras desde 2018 dentro do campus Santo Antônio da UFSJ e o segundo é um projeto de 2015 organizado pela AAFAS em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura que acontecia todos os sábados na Praça do Coreto no centro da cidade de São João del Rei. Ambas organizadas por trabalhadores e trabalhadoras agroecológicos e reunidos na associação. Entretanto esses espaços de comercialização solidária foram interrompidos devido a pandemia do novo coronavírus.

Com a perspectiva de que os casos de Covid-19 chegassem ao Brasil, no dia 7 de fevereiro foi sancionada no Brasil a Lei da Quarentena (Lei Nº 13.979) que dispõe sobre medidas para enfrentar o surto do vírus no território nacional. E, entre as medidas estão o isolamento e a quarentena, o que tornou as atividades das feiras impossíveis de serem realizadas e também por que está diante dos princípios de atuação da EPS que é priorizar o bem viver dos trabalhadores e das trabalhadoras, além do cuidado com as pessoas no movimento.

A AAFAS é uma associação de agricultores e agricultoras familiares, ou seja, cada um dos produtores e das produtoras buscam comercializar aquilo que produz na própria horta sem a utilização de venenos ou de sementes transgênicas. Sua fundação foi no dia 05 de setembro de 2017. A associação organiza o trabalho e a comercialização dos associados baseando-se nos princípios da EPS, haja vista que a associação tem presença participativa nas decisões e debates do fórum e, atualmente, é um dos poucos empreendimentos cadastrados e que compõe as reuniões do fórum. Além disso, durante o atual contexto de pandemia foi o único empreendimento efetivo do fórum que reorganizou a sua comercialização para

atender aos critérios de isolamento e distanciamento social, através das “cestas programadas”.

As “cestas programadas” da AAFAS existem desde de março de 2020 e funcionam através de uma plataforma online onde os produtores e as produtoras podem apresentar os seus produtos através de departamentos (Figura 1) de maneira que o cliente possa ir agregando em uma cesta\carrinho criando uma lista de compras através dos produtos disponíveis (Figura 2). O site fica aberto para realização de pedidos semanalmente. Para a plataforma atender a dinâmica de produção e trabalho dos agricultores e das agricultoras da associação foi necessário o envolvimento deles com os conhecimentos e a lógica dos softwares. Assim, a medida que vão se habituando às linguagens do site vão também caracterizando-o com as suas demandas coletivas. Durante as vivências com as vendas online os\as associados\as sentiram falta de terem os momentos de trocas de saberes com os seus “colaboradores⁸”, assim eles puderam buscar o aprimoramento do site criando um setor onde pudessem comunicar em textos sobre quem é a AAFAS. Com relação ao uso do site para comercializar, as agricultoras declaram que a distribuição dos seus produtos ampliou-se quando comparado as dinâmicas das feiras, além de a organização que elas fazem para disponibilizar os produtos para venda ocasionar em menos desperdícios o que, por sua vez, reflete na geração de renda delas.

8 “colaboradores” é a maneira como os\as agricultores\as que compõem a AAFAS chamam os seus clientes, pois ao adquirirem os produtos estão colaborando para o crescimento da AAFAS, além de colaborar com a produção dos associados\as.

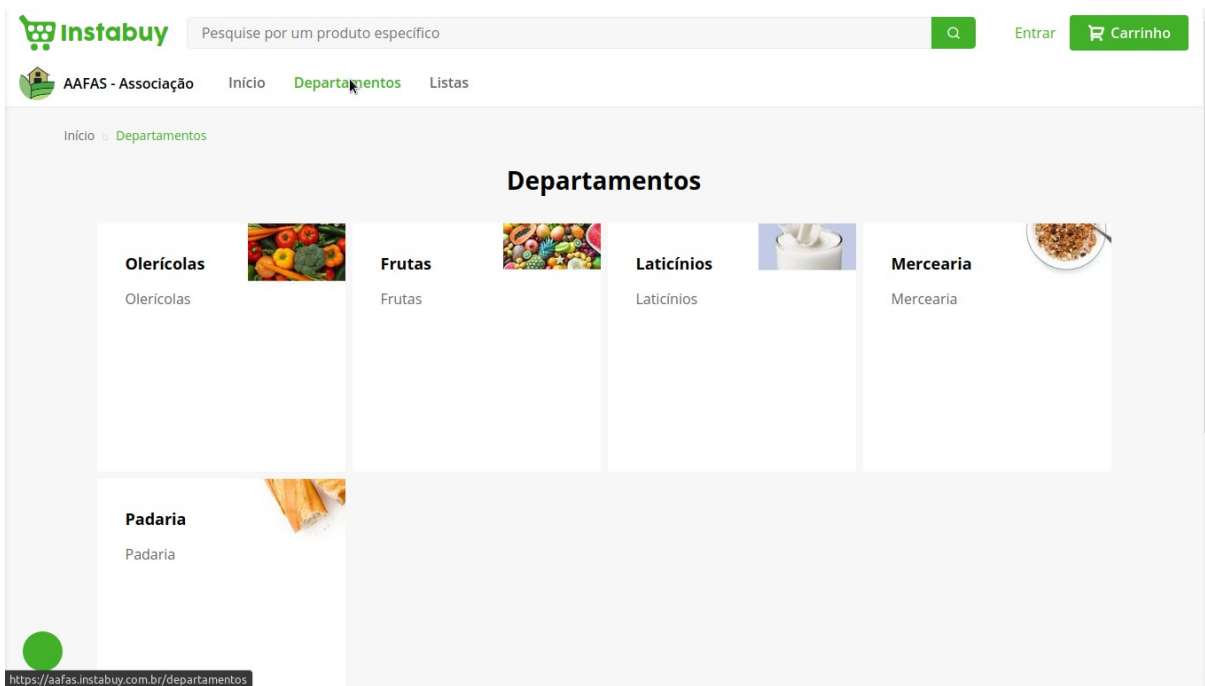


Figura 3: Os tipos de produtos das agricultoras sistematizados por departamentos no site de vendas da AAFAS (Fonte: Computer print of AAFAS's site, 2020)

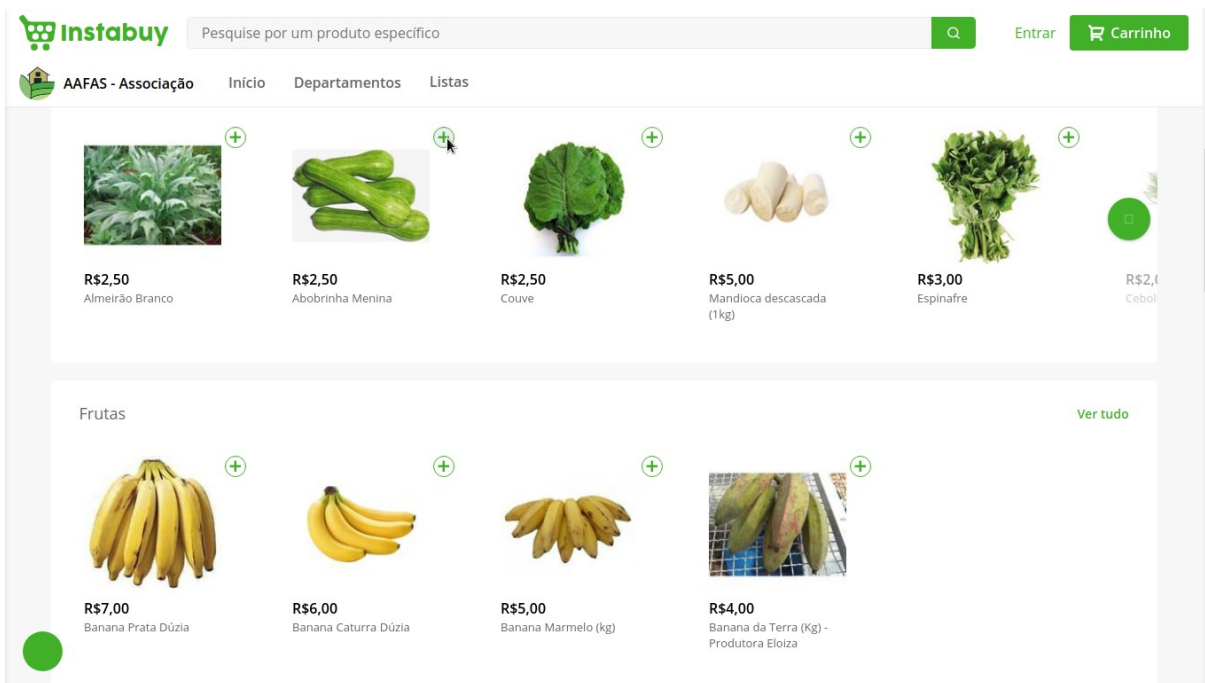


Figura 4: Cada produto disposto no site de maneira que o "colaborador" pode ir criando uma lista de compras (Fonte: Computer print of AAFAS's site, 2020)

Cada produtor sabe antecipadamente quais os produtos que oferta semanalmente para o site de acordo com o que tem plantado na sua horta. Assim, os produtos são vendidos de acordo com o que é ofertado pelos associados e associadas para a criação do estoque do site. Há produtos que são disponibilizados para estoque por mais de um associado, e isso acontece com a perspectiva de que todos os produtores e produtoras possam vender e gerar renda a partir dos suas próprias produções.

Uma vez criado o estoque e disponibilizado no site é criada uma lista para as agricultoras e os agricultores, a partir do que foi solicitado pelos “colaboradores”, com a divisão do que cada um irá levar para o dia da montagem das cestas. A montagem das cesta acontece sempre às quartas-feiras de manhã no Sitio Felizardo na colônia do Felizardo (FIGURAS 3 e 4), assim como também as entregas são feitas no mesmo dia de acordo com a rota criada a partir dos endereços dos “colaboradores”.



Figura 5: Agricultora Eliana Oliveira ajudando a separar os produtos para a montagem da cesta no Sitio Felizardo na Colônia do Felizardo (Fonte: Gabriela Teles, 2020)



Figura 6: Agricultoras preparando a montagem da cesta no Sítio Felizardo na Colônia do Felizardo (Fonte: Gabriela Teles, 2020)

A distribuição da renda é feita a partir dos produtos que são vendidos no site de maneira justa e equitativa entre as produtoras e os produtores da associação que participam da montagem das cestas semanalmente. Uma agricultora explicou como é feita a divisão: se, por exemplo, três agricultoras disponibilizam cada uma 10 unidades do mesmo produto para deixar no estoque do site mas só são vendidos 15 dos 30 disponíveis, na hora de separar quantos desses produtos vão ser solicitados para cada agricultora é feita uma divisão, e nesse caso cada uma das 3 agricultoras disponibilizariam 5 unidades do seu produto fazendo com que a renda seja dividida igualmente entre elas. Entretanto, se duas das agricultoras tivesse disponível cada uma 10 unidades do produto e uma delas disponibilizasse apenas 5, nesse caso a solicitação de produtos para atender aos pedidos segue uma lógica de disponibilidade de produtos que cada uma delas tem. Esse processo valoriza a distribuição de forma equitativa e também na perspectiva de que cada uma delas venda proporcionalmente a disponibilidade do seus produtos, ao mesmo tempo que agrega todos na distribuição da renda.

Com relação a criação do estoque as agricultoras Silvana Costa e Eliana Oliveira testemunham sobre a sua facilidade quando comparado a antiga dinâmica das feiras:

“Eu levava os meus produtos para a feira e não vendia. Tinha produto que eu não levava por que as colegas também levavam e não vendiam então eu deixava no pé e pelo site eu consigo vender sem haver perda” Silvana

“O que eu produzo na minha horta eu oferto para o site, sem haver perda de produtos, porque tudo que eu oferto para o site é vendido, e isso interferiu na melhora da nossa geração de renda. Hoje a gente sabe que tudo que a gente produz e coloca no site vai ser vendido graças a deus, por isso a renda da gente hoje deu uma melhorada graças a deus” Eliana Oliveira

As agricultoras também falam que esse momento de montagem das cestas que elas fazem toda semana é um momento de trabalho no qual elas gostam de estar, pois esse momento em grupo promove, segundo elas, bem-estar.

“Trabalhar em grupo é gratificante, porque a gente passa a ser uma família. Toda quarta feira a gente vem fazer esse trabalho e a gente vem com gosto porque a gente gosta daquilo que a gente faz. Eu gosto de estar aqui com esse coletivo”. Eliana Oliveira

Elas ainda declaram que é gratificante saber que estão montando cestas com alimentos saudáveis para os seus “colaboradores” e saber que aquilo que elas produzem com tanto cuidado e respeito está sendo consumido pelas famílias da cidade de São João del-Rei. E, que isso pode até ser uma maneira de fazer o pequeno produtor a ver que esse trabalho pode dar certo e incentivá-lo a uma transição da produção com veneno para uma produção agroecológica, pois a AAFAS tem esse intuito.

Com relação a comercialização as/os agricultores/as conseguem ter noção espacial de que os seus produtos estão atingindo bairros em São João del-Rei, Tiradentes, Santa Cruz de Minas e algumas áreas rurais da região que não atingiam

com a dinâmica das feiras localizadas semanalmente nos seus espaços físicos. Uma vez que com o site os colaboradores não mais precisam se deslocar até a feira, mas a possibilidade de adquirir os produtos dos(as) agricultores(as) se deslocam até eles através dos softwares podendo, assim, atingir diferentes áreas no mesmo recorte de tempo. Essa relação, como vimos, aumentou as vendas dos(as) produtores(as), o que consequentemente reflete sobre o aumento da geração de renda desses(as) trabalhadores(as). Esse processo está de acordo com os princípios da EPS uma vez que o trabalho é organizado e pensado pelos(as) agricultores(as) visando não apenas a geração de renda entre eles(as), mas também o bem-estar e cuidado com aqueles que estão colaborando toda semana com a aquisição das cestas uma vez que todos os produtos disponibilizados pela associação são de origem agroecológica e familiar. O único ponto que os(as) agricultores(as) evidenciam que sentem dificuldade de ter com os seus colaboradores são os momentos de troca de saber solidário que tinham nas feiras. Aquele momento em que o(a) agricultor(a) podia conversar diretamente com os colaboradores sobre o trabalho deles(as) na região, além de falar da importância do consumo solidário. O atual site possui algumas informações sobre a AAFAS que os colaboradores podem acessar na forma de texto, entretanto os(as) agricultores(as) sentem falta desse contato pessoal.

CONCLUSÃO

As práticas da Economia Solidária podem ser consideradas elementos que recriam um espaço geográfico baseado na solidariedade, pois tais princípios propõem um novo estilo de relações sociais, sobretudo, nas do trabalho, mas que englobam e valorizam toda a área vivida do indivíduo. Ou seja, a Economia Solidária envolve os trabalhadores e as trabalhadoras para além do âmbito econômico, pois a incorporação dos seus princípios ultrapassam os limites das atividades produtivas e envolve as relações dos indivíduos em sociedade. Isso implica numa rede de relações baseadas na solidariedade, no respeito à diversidade, na participação coletiva, no comércio e finanças justas e solidárias, na busca pelo desenvolvimento territorial baseado em experiências democráticas, no cuidado pelo meio ambiente e pela sustentabilidade. Além do mais, um espaço produzido sob essas perspectivas torna o debate sobre as desigualdades de gênero mais efetivo pelo fato de incluir no desenvolvimento de atividades econômicas a importância do protagonismo das mulheres. Por essas e outras explicações os princípios da Economia Solidária estão em constante atrito com os elementos fundamentais de reprodução do espaço capitalista moderno, o que a torna desafiadora por ser contra hegemônica.

A pesquisa conseguiu compreender e identificar a atuação do Fórum de Economia Popular Solidária de São João del-Rei (FEPS-SJDR), como ator espacial que vem organizando, desde 2017, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) do município. A atuação do fórum aparece através das reuniões mensais, dos espaços de formação, na busca pela reivindicação da implementação da Lei nº 4.926, aprovada em 19 de Agosto de 2013, além disso, o fórum se mostrou um espaço importante de debate acerca da aplicação dos princípios da Economia Solidária (ES), baseando a definição coletiva de critérios para criar e manter espaços de comercialização solidária. Assim, durante a pesquisa o fórum se qualificou sendo um espaço de referência na busca pela aplicação dos princípios da ES nos EES do município, além de que a organização interna do fórum também é mediada por esses mesmos princípios priorizando, por exemplo, a participação de EES na sua Comissão Permanente Executiva.

A pesquisa desenvolvida no decorrer da pandemia de Covid-19 conseguiu acompanhar a reorganização dos EES que compõem o FEPS-SJDR, frente às

medidas de combate ao novo vírus que ocasionaram no fechamento das feiras e de outros espaços de comercialização. O único empreendimento efetivo do fórum identificado e estudado que conseguiu reorganizar a sua comercialização, através de uma plataforma online foi a AAFAS, além do mais, devido às medidas de combate ao novo Coronavírus, as reuniões mensais do fórum também passaram a acontecer de maneira virtual. Sendo assim, identificou-se uma forte relação de desenvolvimento que a ES pode ter com o uso de softwares baseado nos princípios de atuação do movimento. Essa relação possibilitou verificar se ela iria ou não beneficiar o(a) agricultor(a) da AAFAS quando comparada às antigas dinâmicas das feiras. O que se mostrou foi o aumento das vendas e da abrangência espacial de comercialização, uma vez que o cliente não mais precisaria ir à feira, mas a feira iria até ele através do software no celular ou no computador. Houve também a incidência de uma menor perda de produtos disponíveis para venda com a criação dos estoques para o site, o que, por sua vez, ocasionou numa melhora na geração e distribuição de renda dos(as) agricultores(as).

A pesquisa partiu da hipótese de que apesar do espaço ser construído atualmente sobre os pressupostos do capitalismo globalizado, as relações sociais que se dão a partir da escala do lugar resistem enquanto produtoras de um espaço baseado nas especificidades do cotidiano dos indivíduos. Para entender e confirmar tal hipótese, foi analisada a produção do espaço a partir do conjunto de relações sociais que se dão mediante as práticas de produção econômica popular solidária, uma vez que seus princípios partem da valorização do trabalho a partir da escala do lugar, visando o desenvolvimento a partir do território. Sendo essa hipótese confirmada, através da pesquisa sob o ponto de que as relações sociais e de trabalho, baseadas nos princípios da ES, embasam a reprodução de um espaço social baseado na equidade, na justiça social e na solidariedade. Uma vez que a ES é uma via do(a) trabalhador(ora) se organizar para além da geração de renda, mas também pela valorização da produção da existência dos próprios indivíduos. Portanto, com a hipótese confirmada pode-se responder que o espaço é um produto de relações sociais caracterizadas não apenas por elementos do sistema capitalista de produção, mas também pelas especificidades do lugar. Este lugar abriga um conjunto de relações cujo enraizamento torna a maleabilidade do capitalismo frágil

do ponto de vista incidente, ele pode acabar sendo o sistema dominante, entretanto estará cercado por um conjunto de relações que subvertem seus princípios de reprodução do espaço.

A pesquisa foi realizada sobre os pressupostos do método científico da pesquisa/ação. Dessa maneira, fui membro da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São João del-Rei (ITCP-UFSJ), entre 2018 e 2020, e isso me deu a possibilidade de participar do FEPS-SJDR, representando e ocupando a cadeira de Entidade de Apoio e Fomento (EAF), na Comissão Permanente Executiva do Fórum. Ser membro permanente do Fórum me possibilitou organizar e também elaborar as atas de reunião, onde eram arquivadas as pautas, encaminhamentos e presenças de EES de cada uma das reuniões mensais. Foi através dessas atas que pude organizar informações sobre a atuação do fórum na organização dos EES no município. Além disso, me proporcionou a proximidade com EES, o que possibilitou acompanhar todo o processo de reorganização dos EES durante o início da pandemia de Covid-19, além de poder conversar com as(os) agricultoras(es) da AAFAS e coletar algumas falas a respeito da experiências que elas\es têm tido com as “cestas programadas”, como também, manter contato com elas\es para construir a pesquisa, através dos softwares.

Diante da metodologia proposta, esse trabalho ficou limitado a acompanhar apenas a AAFAS, enquanto EES efetivamente cadastrado no fórum, uma vez que com o tempo, desde a fundação do fórum em 2017 o numero de EES foi significativamente reduzido. Esse processo acontece devido à falta de investimento público dentro do movimento e não pela falta de atuação do fórum no município. A presente pesquisa, além de estudar o FEPS-SJDR como um ator espacial, também compreendeu quais foram os impactos que a reorganização dos EES, devido a pandemia, tiveram na produção de trabalho e renda para os(as) agricultores(as) da AAFAS, mas durante a pesquisa ficou evidente a necessidade futura de se pesquisar o impacto que essa reorganização obteve para os consumidores, uma vez que o consumo dos produtos ganhou maior abrangência na sua distribuição.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Carderno CRH**. Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002.

Anteag. **O trabalho é um direito – nem que para isso seja necessário...** São Paulo: Anteag, s/d.

ARAUJO, Claudia. Marxismo, Feminismo e enfoque de Gênero. **Revista Crítica Marxista**. Campinas. n.11, pg. 63-70, 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm> Acesso: 13 de nov de 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007a. pg. 41-49.

_____ **O lugar no/e do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007b. pg. 85.

Conferência Estadual de Economia Popular Solidária - Coees, III, junho de 2014, Minas Gerais. **Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária de Minas Gerais**. Minas Gerais: CEEPS, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000. pg.15-48.

FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária). **Carta de princípios da Economia Solidária**. III Plenária Nacional de Economia Solidária. Junho de 2003. Disponível em: <<https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>> Acesso em: 01 setembro de 2020.

FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) **V Plenária Nacional de Economia Solidária**. Luziânia, 2012, p.156. Disponível: <<https://fbes.org.br/download/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/>> Acesso: seg 24 ago 2020 15:09:55.

FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária). **Economia Solidária e Feminista. Projeto Economia Solidária e Feminista como Estratégia para Autonomia e**

Auto-Organização das Mulheres. 2016, p. 31. Disponível: <<https://fbes.org.br/download/economia-solidaria-e-feminista/>> Acesso: seg 09 nov 2020 08:07:59.

FÓRUM DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE SÃO JOÃO DEL-REI.
Regimento Interno de 11 de maio de 2017.

GODOY, Tatiane Marina Pinto de. **O Espaço da Economia Solidária: a autogestão na reprodução das relações sociais e os limites da emancipação social.** Dissertação (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2009.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. (2011). Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização. **Revista Do Departamento De Geografia**, 1, 21-47. 2011. Acessível: <<https://doi.org/10.7154/RDG.1982.0001.0002>> Acesso: Mon 27 Jul 2020 02:11:36 PM.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária.** São Paulo: Editora Loyola, 2005, pg. 239.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008. pg. 187-219.

LENCIONE, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, nº 39, p.7-20, 2008a. Disponível: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022008000100002> Acesso: Julho de 2020.

_____ Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº24, p.109-123, 2008b. Disponível: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098>> Acesso: ter 14 jul 2020 13:50:15.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: UFMG, 2008. pg. 36-57.

_____ **A produção do espaço.** Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4º ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev-2006.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar mascaras sociais. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão.** Petrópolis: Vozes, 1982. pg. 33-63. Disponível:

<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Ruy%20Moreira.pdf> Acesso: Wed 10 Jun 2020 10:14:04 PM.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação Brasileira Ensinações desde a crise dos anos 30. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, nº 1, Jan. - Jun. de 1997.

NAKANO, Marilena. EMPREENDIMIENTOS AUTOGESTIONÁRIOS: Antegog: autogestão como marca. **A economia solidária no Brasil A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000, pg. 65-80.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ARCANJO, Maria Antônia Silva de. A criação da secretária nacional de economia solidária: avanços e retrocessos. **Perseu História, Memória e Política**. Nº13, Ano III, p.232-249, Fevereiro de 2017. Disponível: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/127>> Acesso: qua 11 nov 2020 11:29:24.

PINTAUDI, Silvana Maria; CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço e Indústria no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p 1 – 104, jan. - mar. 1995.

SANTOS, Milton. **Por uma nova Geografia**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. pg. 269.

_____ **A natureza do Espaço**. 4. ed. 2. reim. São Paulo: EDUSP, 2006. pg.232.

SÃO JOÃO DEL-REI. **Lei nº 4.926 de 19 de agosto de 2013**. Dispõe sobre a política municipal de fomento à Economia Popular Solidária, cria o Conselho Municipal de Economia Popular solidária e o fundo Municipal de Economia Popular Solidária no município de São João del-Rei e, dá outras providências.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, pg. 127.

_____ Economia Solidária. Entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados USP**. São Paulo, v. 22, nº 62, p.289-314. Disponível: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10335>> Acesso: qui 12 nov 2020 08:19:25.

SIES (Sistema Nacional De Informações De Economia Solidária). Mapeamento entre 2009-2013. Acessível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>> Acesso em: diversas datas.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000. pg.77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Cap 5: Lugar e (re[s])significação espacial. **Conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. pg. 111-134.